

Uso do Reconhecimento Facial em Políticas Públicas: da técnica à ética.

Proponente

-39: Nome do(a) proponente

André Ramiro

-36: Estado

PE

-34: Organização

IP.rec - Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife

-33: Setor

Comunidade científica e tecnológica

Co-Proponente

-16: Nome do(a) co-proponente

-13: Estado do(a) co-proponente

-10: Organização

-9: Setor do(a) co-proponente

Formato do workshop

-7: Formato

Mesa redonda

-6: Outros

-25: Resumo do workshop

Este workshop visa pautar questões regulatórias, técnicas e políticas relacionadas à expansão das tecnologias de reconhecimento facial no Brasil. Será enfatizada a sua aplicação pelo setor público para fins de segurança e no combate à fraudes, o envolvimento das empresas fabricantes e o estado da arte dos algoritmos aplicados a estas tecnologias. Partindo de fatos políticos recentes, será incentivado um balanço multissetorial sobre o tema a fim de fomentar as políticas públicas nacionais.

-24: Objetivos e conteúdos do workshop

À medida em que as crescem as ressalvas sobre a aplicabilidade das tecnologias de reconhecimento facial para os mais variados fins, observa-se que a adoção destas tecnologias vem se multiplicando. Os argumentos são diversos, apontando para a diferença da natureza da abordagem do tema pelos diferentes setores e seus respectivos interesses, objetivos, impactos desejados mobilizados pela/com a tecnologia. A proposta deste workshop é confrontar estes argumentos, lado a lado, criando um espaço de debate qualificado e empiricamente embasado sobre a adoção de tecnologias de reconhecimento facial como instrumento de segurança pública e de combate a fraudes nos mais diversos setores, valendo-se de atores de referência, convidados para compartilhar sua trajetória, sua relação com a tecnologia, e suas percepções sobre oportunidades e desafios atrelados. Dentre os objetivos específicos, cabe mencionar o interesse de: (i) discutir iniciativas de desenvolvimento e narrativas em torno da necessidade de adoção dessas

tecnologias por diferentes setores; (ii) chamar atenção para desafios éticos, técnicos e impasses jurídicos que atravessam esses espaços; e (iii) fomentar e qualificar o debate sobre desenvolvimento e uso consciente e responsável de tecnologias emergentes em observância aos princípios e garantias fundamentais: liberdade, privacidade e direitos humanos. Para isso, será fundamental a participação dos vários e diversos setores da sociedade no processo de amadurecimento sobre o tema e, conseqüentemente, suas relações com o cenário regulatório relativo à legislação de proteção de dados nacional.

-23: Relevância do tema para a Governança da Internet

As cidades do Rio de Janeiro e de Salvador começaram o ano de 2019 chamando a atenção não apenas pelas festas de carnaval, mas pela notícia de que estavam testando modelos de reconhecimento facial por meio de câmeras de segurança pública. A narrativa sustentava o cuidado com a segurança dos foliões e a oportunidade de identificar pessoas com mandado de prisão e/ou passagem na polícia.

Em Recife (PE), vem sendo adotada tecnologia similar, com câmeras em ônibus para validar o acesso gratuito ao serviço. Junto a Campinas (SP), São Paulo (SP), Santos (SP), Salvador (BA), João Pessoa (PB), entre outras, observa-se uma crescente adoção dessa ferramenta para diversos fins, sobretudo relacionadas com políticas públicas. O caráter amplo e nacional dessa aplicação se revela ainda mais evidente tendo em vista que, na maioria das vezes, a mesma empresa está envolvida com a fabricação dos sistemas.

Ainda que diversos sejam os atores que defendam essa solução, inúmeros são os contrapontos que revelam a complexidade da temática. Estamos falando de uma possível expansão da vigilância, inclusive sobre aqueles que não fazem uso da gratuidade do serviço de transporte público, além das altas taxas de imprecisão como apontam estudos que investigam dificuldades de algoritmos de reconhecimento facial em relação a mulheres e pessoas negras, o que pode aprofundar vieses de discriminação já discutidos no ecossistema da Governança da Internet.

Em âmbito nacional, pergunta-se como uma possível regulação desta tecnologia pode dialogar com a atual Lei Geral de Proteção de Dados e como incluir a população nos debates e deliberações. Enquanto no Brasil este debate está distante de um envolvimento público, alguns países têm optado por regular ou até mesmo banir o uso do reconhecimento facial. Portanto, é necessário envolver as arenas de discussão sobre a Governança da Internet, articulando as dimensões políticas, técnicas e regulatórias sobre os possíveis impactos no cenário nacional.

-22: Forma de participação dos(as) palestrantes

O formato e os convidados escolhidos para este workshop foram definidos em torno do debate sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial, especialmente para fins de segurança pública e no combate à fraudes. O(a) moderador(a) fará uma breve introdução sobre a relevância do tema do ponto de vista regulatório, da inovação e dos riscos aos direitos (5 minutos).. Na sequência, os palestrantes terão aproximadamente 15 minutos para exporem seus argumentos, movidos pelas seguintes questões: (i) Partindo de fatos políticos pertinentes e lições extraídas de regulações internacionais sobre o uso do reconhecimento facial, quais as vantagens que a tecnologia oferece para a administração pública e quais os riscos aos direitos envolvidos?; (ii) É possível utilizar tecnologias de reconhecimento facial de forma responsável e engajada com todos os setores da sociedade?"; Em seguida, serão reservados os 25 minutos restantes para perguntas e contribuições do público presencial e remoto.

-21: Engajamento da audiência presencial e remota

Considerando o tempo-limite disponível para o workshop, a estratégia é reservar, aproximadamente, 25 minutos para perguntas, respostas e interações diversas com o público após a exposição dos debatedores. O(a) moderador(a) facilitará essa dinâmica com o objetivo de criar a oportunidade para que o público presente e on-line interaja com o debate, compartilhando provocações e perguntas. Depois de cada bloco de duas ou três questões reunidas pelo(a) moderador(a), os membros da mesa terão a oportunidade de comentar as questões levantadas. A participação no local e remota serão tratadas de forma indiscriminada. Será estimulada a utilização das redes sociais das organizações dos painelistas como forma de multiplicar o envolvimento com o workshop. Também será criada uma hashtag para acompanhamento e monitoramento das interações do público.

-20: Resultados pretendidos

Espera-se que o encontro dos diferentes setores mobilize um espaço de reflexão crítica acerca dos diversos usos das tecnologias de reconhecimento facial, de forma a contribuir com a ponderação sobre a crescente adoção desse tipo de tecnologia pelos mais diversos setores da sociedade, considerando inclusive que espaços como este, e endereçando este tema em específico, na sua complexidade, são escassos e tendem a não abarcar a sociedade como um todo. Espera-se ampliar o interesse público sobre o tema e o fomento de informações necessárias no processo de construção de políticas públicas e regulações sobre o reconhecimento facial. Espera-se poder compartilhar com o público dados atualizados sobre o tema, alguns oriundos de pesquisas dedicadas realizadas pelos debatedores convidados, bem como aproximar atores centrais, tanto do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico e de suas relações com políticas públicas, quanto do ponto de vista do cidadão e da garantia aos seus direitos

-19: Relação com os princípios do Decálogo do CGI.br

Liberdade Privacidade e Direitos Humanos

-8: Temas do workshop

Privacidade e proteção de dados
Questões legais e regulatórias
Capitalismo de vigilância

Participantes

Palestrante: Jimmy Felipe Gomes dos Santos

UF DF
Organização Polícia Militar do Estado da Paraíba
Setor Governamental

Mini biografia

Promotor de Justiça do Distrito Federal e Coordenador da Comissão de Proteção dos Dados Pessoais. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital - IBDDIG, think tank dedicada ao estudo do Direito Digital no Brasil e no mundo. Mestre em Direito

Palestrante: José Guerrero

UF SP
Organização FullFace Solutions
Setor Empresarial

Mini biografia

Gerente de TI da PRODATA Mobility, responsável pela manutenção das soluções tecnológicas de reconhecimento facial.

Palestrante: Ana Paula Camelo

UF SP
Organização CEPI FGV-Direito SP
Setor Comunidade Científica e Tecnológica

Mini biografia

Pesquisadora e gestora de projetos no Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI), na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP), e pesquisadora colaboradora no Departamento de Política Científica e Tecnológica (IG/Unicamp). Doutora em Política Científica e Tecnológica e Mestre em Divulgação Científica e Cultural, pela Unicamp.

Palestrante: Diogo Moyses Rodrigues

UF SP
Organização IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor
Setor Terceiro Setor

Mini biografia

Coordenador do setor de telecomunicações e mídia do IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Foi editor-chefe do Observatório do Direito à Comunicação e coordenador-executivo do Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2010) e doutorando pela ECA/USP.

Moderador(a): Mariana Canto

UF PE
Organização IP.rec - Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife
Setor Comunidade Científica e Tecnológica

Mini biografia

Mariana é pesquisadora do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec), formada em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Trabalhou na ONU junto ao Secretariado do IGF e atualmente escreve a respeito do uso de sistemas de reconhecimento facial em escolas públicas brasileiras para o relatório GISWatch 2019 que será lançado durante o IGF 2019.

Relator(a): Isabel Constant

UF PE
Organização IP.rec - Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife

(106) - Uso do Reconhecimento Facial em Políticas Públicas: da técnica à ética.

Setor

Comunidade Científica e Tecnológica

Mini biografia

Diretor do IP.rec - Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife. Mestrando em Ciências da Computação no CIn-UFPE e bacharel em Direito pela UFPE.
